

CORTES DE R\$ 5,7 BI NAS ESTATAIS

Janes Rocha
Especial para o **Correio**

“NÃO É O CONJUNTO (DE MEDIDAS) POSSÍVEL. É O CONJUNTO NECESSÁRIO”, DEFINIU QNTEM O MINISTRO DO PLANEJAMENTO, ANTONIO KANDIR, AO ANUNCIAR OS CORTES DE GASTOS DENTRO DO PACOTE FISCAL, QUE ATINGIU TODOS OS NÍVEIS DE GOVERNO. NAS ESTATAIS, A REDUÇÃO GLOBAL, INCLUINDO PESSOAL, CUSTEIO E INVESTIMENTOS, FOI CALCULADA EM R\$ 5,7 BILHÕES.

O corte dos investimentos chega a quase metade desse valor, num total de R\$ 2,1 bilhões. Vai atingir basicamente quatro áreas: R\$ 1 bilhão serão reduzidos da programação de investimentos da Telebrás; R\$ 900 milhões da Petrobras e os R\$ 200 milhões restantes serão divididos entre os Correios e os portos administrados pela União, informou o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares. Com isso, o programa de investimentos das estatais vai baixar de R\$ 14 bilhões para R\$ 11,9 bilhões.

Para fechar o círculo de medidas em torno das estatais, a equipe econômica está planejando também uma recomposição de tarifas para aumentar em R\$ 1,8 bilhão as receitas operacionais de R\$ 72 bilhões daquelas empresas. A previsão é a de que esse aumento das receitas produza arrecadação adicional de impostos no valor de R\$ 600 milhões e dividendos de R\$ 300 milhões.

ALTERAÇÕES

A recomposição de tarifas, garante a equipe econômica, será feita dentro do cronograma estabelecido pelo

Wanderley Pozzembom



Kandir: anúncio de cortes considerados necessários e planejamento de recomposição das tarifas para aumentar as receitas das estatais em R\$ 1,8 bilhão

Programa de Despesas Globais (PDG), “sem mudar as regras” que prevêem alterações apenas de ano em ano. Tavares diz que os critérios para reajuste serão “produtividade e ganhos de competitividade”, entre outros. “Só não vai ser a inflação passada”, afirma o secretário.

A Eletrobrás ficou fora desta programação mas não dos cortes. Para ela foi montada uma operação para reduzir boa parte do que tem a receber, principalmente da hidrelétrica de Itaipu, conforme anunciaram ontem o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luiz Carlos Mendonça de Barros.

Segundo Tavares, a reprogramação de investimentos e a redução de pelo menos 5% dos gastos de custeio e pessoal das empresas estatais “não serão lineares” e nem estão definidos em detalhes por enquanto. “Estamos

olhando a programação de cada uma (das estatais) e vamos fazer cortes seletivos, inclusive estimulando os negócios com o setor privado”.

Isso significa, conforme explicou o secretário-executivo do Planejamento, que as empresas poderão optar pela forma de como fazer os cortes — se com pessoal, se nas despesas operacionais, gastos com juros etc — e fazer parte ou toda a economia de gastos exigida pelo governo por meio de contratos ou acordos com a iniciativa privada, que gerem recursos em valor



equivalente.

A operação desenhada para a Eletrobrás é basicamente financeira e visa, além de antecipar recursos para cobrir o déficit do Tesouro, reduzir seu endividamento junto à União. A holding tem R\$ 16,2 bilhões para receber de Itaipu, referentes ao financiamento da cons-

trução da hidrelétrica. Além disso, deve cerca de R\$ 9 bilhões em tributos parcelados e para uma conta chamada Reserva Global de Reversão (dívidas que estão vencendo agora ou vencerão no futuro).

CORREÇÃO

Em conjunto com o BNDES, o Ministério das Minas e Energia pretende reservar de R\$ 5 a R\$ 6 bilhões dos créditos com Itaipu, transformar em papéis que rendem juros e correção cambial e vendê-los a grandes investidores internacionais. Para isso, segundo Mendonça de Barros, bancos de investimentos estrangeiros serão contratados nos próximos dias para apresentar, em 120 dias, uma proposta de venda dos títulos da Eletrobrás no mercado internacional.

O dinheiro obtido no exterior será automaticamente creditado para a Eletrobrás junto ao Tesouro Nacional, abatendo aquela dívida de R\$ 9 bilhões. Para evitar que o valor em dólares da operação provoque expansão monetária — e consequentemente inflação —, o Banco Central vai “esterilizar” toda a moeda estrangeira por meio de títulos públicos.